



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ



Agosto/2009

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A história de sucesso das nações hoje desenvolvidas possui um traço comum e inequívoco: a ascensão política e econômica da classe média. Essa evolução foi primeiro observada na Europa, onde sociedades estratificadas e sem mobilidade deram lugar a países dinâmicos após a irrupção do capitalismo. Esse fenômeno chegou tardiamente ao Brasil e nunca fincou raízes sólidas e duradouras. Houve fases de rápido crescimento, como na industrialização do início do século passado ou no milagre econômico dos anos 70. Mais recentemente, o país chegou a vislumbrar um salto rumo ao desenvolvimento com o Plano Cruzado. Mas, em todos esses casos, o aumento no padrão de vida dos mais pobres foi transitório e abortado pouco depois por crises econômicas. Agora, com a retomada do crescimento econômico, o país volta a se ver diante da oportunidade de romper de maneira definitiva com o subdesenvolvimento. Nos dois últimos anos, mais de 20 milhões de brasileiros saíram das camadas sociais mais baixas – as chamadas classes D e E – e alcançaram a classe C, porta de entrada para a sociedade de consumo.

As conclusões acima fazem parte de um estudo feito em 2008. Trata-se da mais recente evidência de que o país tem conseguido, enfim, reduzir sua população de miseráveis, ao mesmo tempo em que começa a formar uma sociedade de consumo de massa. Outras pesquisas e estudos, com metodologias distintas, já haviam detectado esse avanço, que nada mais é senão a recompensa ao ciclo de reformas e ajustes econômicos feitos pelo país desde o Plano Real, sobretudo o combate à inflação. Comparado ao meio bilhão de novos consumidores que China e Índia produziram na última década, o fenômeno brasileiro pode não impressionar. Mas é notável. O resultado disso é que, em um fato inédito na história recente, a classe C é hoje o estrato social mais numeroso do país.

É sempre uma boa notícia a ascensão econômica de pessoas, especialmente a caminho da classe média, notório colchão social entre os estratos mais ricos e mais pobres, capaz de reduzir as tensões sociais. Se a emergência da classe C é um processo sustentável, só o tempo dirá. O que se pode atestar com certeza é que essa transformação deu novo ânimo à economia, despertando o surgimento de negócios, criando empregos e aproximando o Brasil de uma verdadeira economia de mercado. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: "Um país em que a classe média diminua está fadado à estagnação social e econômica. O desafio agora será integrar essa massa populacional à produção de bens e serviços mais elaborados, com investimento em educação técnica, para que esse fenômeno não seja passageiro."

(Adaptado de Julia Duailibi e Cíntia Borsato. **Veja**, 2 de abril de 2008, p. 84-86)

1. Uma síntese do texto está apresentada corretamente em:
 - (A) Estudos baseados em dados recentes evidenciam igualdade de condições de consumo nas diferentes camadas sociais dos países em desenvolvimento.
 - (B) Antigos problemas econômicos dos países hoje desenvolvidos foram amenizados com a imposição de um sistema capitalista, que valoriza o consumo.
 - (C) O número de brasileiros que saíram da pobreza expandiu a classe média e colocou o país no rumo do desenvolvimento.
 - (D) O Brasil enfrenta dificuldades em sua economia devido ao grande número de pessoas que vivem na pobreza, excluídos da sociedade de consumo.
 - (E) Um desenvolvimento sustentável para países de grande população só será obtido com maior dinamismo na economia.
2. Destaca-se no texto
 - (A) a tensão perceptível, mesmo que de forma latente, entre as diversas camadas sociais nos países em desenvolvimento, como o Brasil.
 - (B) o papel desempenhado pela classe média no processo de desenvolvimento social e econômico das nações, como vem ocorrendo no Brasil.
 - (C) a necessidade de planos econômicos destinados a combater a inflação e mantê-la sob controle no desenvolvimento da economia brasileira.
 - (D) a concorrência entre países que se encontram em processo de desenvolvimento no sentido de melhorar as condições de vida da população.
 - (E) a sustentabilidade de um processo de mobilidade social, ainda incipiente e pouco estudado na história econômica do Brasil.
3. O desafio apontado pelo filósofo, no último parágrafo, se configura como
 - (A) incentivos a uma educação especializada da população, capacitando-a para uma real participação na economia de mercado.
 - (B) permanência dos benefícios concedidos pelo poder público à população de baixa renda no país.
 - (C) manutenção dos ajustes econômicos realizados em anos anteriores, para que se desenvolva uma classe média consumista.
 - (D) enfrentamento dos problemas sociais e econômicos decorrentes de crises que afetam a economia do país.
 - (E) estímulo ao surgimento de negócios em benefício da classe média, o sustentáculo das transformações sociais no país.



<p>4. Respeita-se o sentido do segmento, com outras palavras, em:</p> <p>(A) <i>após a irrupção do capitalismo</i> = em meio aos conflitos do capitalismo.</p> <p>(B) <i>nunca fincou raízes sólidas e duradouras</i> = jamais assumiu tanta importância.</p> <p>(C) <i>vislumbrar um salto rumo ao desenvolvimento</i> = permitir uma constante revolução social.</p> <p>(D) <i>em um fato inédito na história recente</i> = de maneira desconhecida nos últimos tempos.</p> <p>(E) <i>está fadado à estagnação social</i> = sofre tensões de origem social.</p>	<p>7. <u>O resultado disso</u> é que, em um fato inédito na história recente ... (2º parágrafo)</p> <p>O segmento grifado acima refere-se, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) à história de sucesso das nações desenvolvidas.</p> <p>(B) ao crescimento de uma sociedade de consumo, devido à redução da pobreza no país.</p> <p>(C) ao sucesso dos vários planos econômicos implementados no Brasil.</p> <p>(D) à imitação do que ocorreu com a classe média na China e na Índia.</p> <p>(E) à redução das tensões sociais com o avanço do consumo.</p>
<p>5. ... já haviam detectado esse avanço, que <u>nada mais é senão a recompensa ao ciclo</u> de reformas e ajustes econômicos feitos pelo país desde o Plano Real ... (2º parágrafo)</p> <p>O sentido correto do segmento grifado está transposto em:</p> <p>(A) não significa um prêmio para o ciclo.</p> <p>(B) nem se tornou tão significativo no ciclo.</p> <p>(C) não se destacou pela importância do ciclo.</p> <p>(D) tem sido bastante premiado pelo ciclo.</p> <p>(E) é tão-somente o bom resultado do ciclo.</p>	<p>8. ... para que esse fenômeno não <u>seja</u> passageiro. (final do texto)</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está na frase:</p> <p>(A) Houve fases de rápido crescimento ...</p> <p>(B) ... o país volta a se ver diante da oportunidade ...</p> <p>(C) ... ao mesmo tempo em que começa a formar uma sociedade de consumo de massa.</p> <p>(D) ... só o tempo dirá.</p> <p>(E) Um país em que a classe média diminua ...</p>
<p>6. Comparado ao meio bilhão de novos consumidores que China e Índia produziram na última década, o fenômeno brasileiro pode não impressionar. Mas é notável. (2º parágrafo)</p> <p>Em um único período, o sentido das afirmações acima está corretamente mantido em:</p> <p>(A) O fenômeno brasileiro é digno de nota, ainda que pareça pouco expressivo se for colocado diante do grandioso aumento de consumidores na China e na Índia, na última década.</p> <p>(B) O fenômeno brasileiro não pode chamar tanta atenção, tendo em vista que a comparação entre novos consumidores da China e da Índia na última década se tornou digno de nota.</p>	<p>9. Com a transposição do segmento grifado para o plural, a forma verbal que deverá permanecer no singular está na frase:</p> <p>(A) <u>Esse fenômeno</u> chegou tardiamente ao Brasil ...</p> <p>(B) ... <u>o país</u> chegou a vislumbrar um salto ...</p> <p>(C) Trata-se <u>da mais recente evidência</u> ...</p> <p>(D) ... <u>esse avanço</u>, que nada mais é senão a recompensa ...</p> <p>(E) É sempre <u>uma boa notícia</u> ...</p>
<p>(C) Com o imenso número de novos consumidores da China e Índia produzidos na última década, no Brasil não impressiona, mas observa-se o mesmo fenômeno, notável também.</p> <p>(D) Nota-se que, comparando os consumidores na China e na Índia que foi produzido na última década, o fenômeno no Brasil não impressiona, apesar de que é notável.</p> <p>(E) O fenômeno brasileiro, que se nota, é inexpressivo, embora comparando-se com China e Índia, no grande número de consumidores da última década.</p>	<p>10. O que <u>se pode atestar</u> com certeza ... (último parágrafo)</p> <p>Mantém-se corretamente a voz passiva do verbo grifado acima, respeitando seu sentido original, caso seja feita a substituição por:</p> <p>(A) pode ser atestado.</p> <p>(B) é possível atestar.</p> <p>(C) se havia atestado.</p> <p>(D) tem sido atestado.</p> <p>(E) seria possível atestar.</p>



Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Não é usual tratar da política na perspectiva da afirmação da verdade. Platão afirmou, na República, que a verdade merece ser estimada sobre todas as coisas, mas ressaltou que há circunstâncias em que a mentira pode ser útil, e não odiosa. Na política, a derrogação da verdade pela aceitação da mentira muito deve à clássica tradição do realismo que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos. Esta tradição trabalha a ação política como uma ação estratégica que requer, sem idealismos, uma praxiologia, vendo na realidade resistência e no poder, hostilidade. Neste contexto, política é guerra e, como diz o provérbio, "em tempos de guerra, mentiras por mar, mentiras por terra".

Recorrendo a metáforas do reino animal, Maquiavel aponta que o príncipe precisa ter, ao mesmo tempo, no exercício realista do poder, a força do leão e a astúcia ardilosa da raposa. Raposa, leão, assim como camaleão, serpente, polvo – metáforas que frequentemente são utilizadas na descrição de políticos – não podem, com propriedade, caracterizar o ser humano moral que obedece aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir", como lembra Norberto Bobbio.

No plano político, o realismo da força torna límpida, numa disputa, a bélica contraposição amigo-inimigo. Já o realismo da fraude é mais sutil, pois opera confundindo e aumentando a opacidade e a incerteza na arena política, como acentua Pier Paolo Portinaro. Maquiavel salienta que a fraude é mais importante do que a força para assegurar o poder e consolidá-lo. É por esse motivo que a simulação, o segredo e a mentira são temas da doutrina da razão de Estado e a veracidade não é usualmente considerada uma virtude característica de governantes.

Sustentar a simulação e a mentira como expedientes usuais na arena política é desconhecer a importância estratégica que a confiança desempenha na pluralidade da interação humana democrática. A confiança requer a boa-fé que pressupõe a veracidade. O Talmude equipara a mentira à pior forma de roubo: "Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente de seus semelhantes através de palavras mentirosas." O padre Antônio Vieira afirmou que a verdade é filha da justiça, porque a justiça dá a cada um o que é seu, ao contrário da mentira, porque esta "ou vos tira o que tendes ou vos dá o que não tendes". Montaigne observou que somente pela palavra é que somos homens e nos entendemos. Por isso mentir é um vício maldito. Impede o entendimento.

(Celso Lafer. **O Estado de S. Paulo**, A2, 20 de julho de 2008, com adaptações)

11. Na 1ª afirmativa do texto, o autor
- (A) dá ênfase à noção de hostilidade sempre presente na ação política, ao colocar lado a lado opiniões divergentes.
 - (B) aponta claramente o núcleo do desenvolvimento posterior sobre a mentira cultivada na ação política.
 - (C) nega a evidência, com base na afirmativa de Platão, de que a mentira pode ser útil no fazer político.
 - (D) defende a clássica tradição do realismo que vem justificar a aceitação da mentira no trato político.
 - (E) se coloca ao lado de Platão, ao defender que a verdade deve sobrepor-se a todas as coisas, incluindo-se aí a política.

12. É correto identificar no 1º parágrafo
- (A) apresentação de fatos que impõem a verdade necessariamente sobre todas as coisas, com foco no trato político.
 - (B) censura à tradição existente na área política de aceitar a mentira como necessária ao enfrentamento de interesses.
 - (C) comentário sobre fatos importantes na Antiguidade clássica, para explicar como a mentira foi percebida na área política.
 - (D) esclarecimento sobre a afirmativa de Platão de que a mentira pode ser útil em determinadas circunstâncias.
 - (E) afastamento da hipótese de que a mentira pode ser cultivada na política, como se faz numa guerra.

13. Da leitura do texto é correto concluir que
- (A) as metáforas utilizadas na política, por terem caráter pejorativo, nem sempre refletem os ideais dos representantes eleitos para o poder.
 - (B) o entendimento entre todos os poderes democraticamente estabelecidos pode, eventualmente, decorrer da dissimulação na ação política.
 - (C) a atuação política deve basear-se na confiança mútua entre todos os representantes de uma democracia atuante e efetiva.
 - (D) a mentira deve fazer parte do universo da política, como regra geral permitida no jogo de interesses que se desenrola nessa instância.
 - (E) a falsidade, embora faça parte do jogo de forças que envolvem a política, leva à descrença geral nos representantes eleitos pelo povo.

14. A transcrição do provérbio no 1º parágrafo
- (A) antecipa, como síntese, o assunto que será desenvolvido a seguir.
 - (B) ilustra, de modo sintético, o que foi até então apresentado.
 - (C) introduz intencionalmente estranheza e incoerência no contexto.
 - (D) caracteriza-se como argumento que se contrapõe à ideia central.
 - (E) justifica o emprego de metáforas, relacionadas a seguir, na caracterização de políticos.



15. Segundo o Dicionário Houaiss, **praxiologia** (1º parágrafo) é ciência ou teoria epistemológica que estuda as ações humanas, o comportamento e suas leis, induzindo conclusões operacionais.
- Considerando-se o contexto e a aceção transcrita acima, é correto afirmar que o emprego do vocábulo indica
- (A) desconsideração de um comportamento de ordem prática aceito incondicionalmente na arena política.
- (B) interferência de um juízo de valor pautado na ética predominante nas relações democráticas de poder.
- (C) ressalva esclarecedora do ponto de vista defendido pelo autor desde a afirmativa inicial do parágrafo.
- (D) conclusão, trazida por um novo conceito, das ideias que estão sendo discutidas no parágrafo.
- (E) reconhecimento da existência de medidas de ordem prática na resolução de conflitos na área política.
-
16. ... *realismo que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos.* (1º parágrafo)
- O sentido de *realismo* na afirmativa acima pode ser entendido como:
- (A) fatos políticos geram constantemente posições bélicas entre os contendores.
- (B) o debate político acirra frequentemente os ânimos mais exaltados.
- (C) opiniões contrárias dão origem ao comportamento bélico na arena política.
- (D) os fatos políticos se caracterizam, essencialmente, pelo enfrentamento de posições.
- (E) discussões desrespeitosas surgem constantemente na ação política.
-
17. Há relação de causa (1) e consequência (2) entre os segmentos transcritos, EXCETO:
- (A) 1. *a clássica tradição do realismo*
2. *derrogação da verdade pela aceitação da mentira*
- (B) 1. *a fraude é mais importante do que a força para assegurar o poder e consolidá-lo*
2. *a simulação, o segredo e a mentira são temas da doutrina da razão de Estado*
- (C) 1. *o realismo da força torna límpida, numa disputa, a bélica contraposição amigo-inimigo*
2. *o realismo da fraude é mais sutil*
- (D) 1. *a justiça dá a cada um o que é seu*
2. *a verdade é filha da justiça*
- (E) 1. *somente pela palavra é que somos homens e nos entendemos*
2. *mentir é um vício maldito*
-
18. Considere o emprego de sinais de pontuação no texto.
- I. *e no poder, hostilidade* – a vírgula assinala elipse do verbo.
- II. – *metáforas que frequentemente são utilizadas na descrição de políticos* – os travessões isolam segmento explicativo.
- III. *aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir"* – as aspas indicam reprodução exata de princípios estabelecidos.
- IV. *equipara a mentira à pior forma de roubo*: – os dois-pontos indicam intervenção de novo interlocutor no contexto.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.
-
19. *Esta tradição trabalha a ação política como uma ação estratégica ...* (1º parágrafo)
- A frase em que o verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:
- (A) *... que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos.*
- (B) *Neste contexto, política é guerra ...*
- (C) *Recorrendo a metáforas do reino animal ...*
- (D) *... que obedece aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir" ...*
- (E) *... que a fraude é mais importante do que a força ...*
-
20. A frase inteiramente correta, considerando-se a presença ou a ausência do sinal de crase, é:
- (A) A mentira, mesmo justificada por certas circunstâncias, pode ser desmascarada à qualquer momento, à vista dos fatos apresentados.
- (B) Submetida a avaliação da opinião popular, a política deve pautar-se pela lisura e pela veracidade voltadas para à resolução de conflitos.
- (C) Quanto a defesa da ética, ela é sempre necessária, à fim de que a ação política seja vista como verdadeira representação da vontade popular.
- (D) Os governados, como preceituam as normas democráticas, têm direito a informações exatas e submetidas à verdade dos fatos.
- (E) A verdade dos fatos políticos está subordinada, segundo pensadores, à uma lógica particular, à depender dos objetivos do momento.

**Noções de Informática**

Instruções: - As questões sobre os aplicativos consideram sempre a originalidade da versão referenciada e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização, etc.) feita pelo usuário.

- Para responder às questões de números 21 a 30, considere o seguinte quadro de tarefas:

Item	Tarefas									
I	<p>Uma planilha (BrOffice.org 3.1) com as informações abaixo. A célula contendo o sinal de interrogação (incógnita) representa um valor obtido por propagação feita pela alça de preenchimento originada em A2. HIPÓTESE: O resultado da incógnita obtido com essa operação é o mesmo se a propagação for originada em B1.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th>A</th> <th>B</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>=42*33</td> <td>=A1*2</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>=A1/2</td> <td>?</td> </tr> </tbody> </table>		A	B	1	=42*33	=A1*2	2	=A1/2	?
	A	B								
1	=42*33	=A1*2								
2	=A1/2	?								
II	A pasta padrão onde os modelos de documentos de texto (BrOffice.org 3.1) são guardados precisa ser modificada. O caminho que aponta para ela necessita agora apontar para outra.									
III	Desabilitar a exibição do relógio na Área de notificação a título de economia de espaço nessa área, utilizando o modo de exibição clássico do Painel de controle do Windows XP (edição doméstica).									
IV	Modificar o tamanho das fontes do Windows XP (edição doméstica) para "Fontes grandes" a fim de melhorar a visibilidade das letras, quando a resolução do monitor for posicionada em 1024 por 768 pixels.									
V	Disponibilizar na Intranet um glossário de termos para uso geral com a definição, dentre outras, dos componentes do processador (ou Unidade Central de Processamento) de um computador.									
VI	Disponibilizar para toda a empresa aplicativos com funções específicas para apresentações (que facilitem a construção de efeitos nos <i>slides</i> e modos de transição entre estes, por exemplo, nas projeções).									
VII	Usar ferramentas de comunicação apropriadas, via Internet, sempre que a comunicação entre pessoas tiver caráter de urgência (tipo pergunta e resposta instantânea).									
VIII	Utilizar, ao fazer pesquisa no Google, preferencialmente, uma opção que traga as palavras pesquisadas em destaque dentro das páginas encontradas.									
IX	Inibir a exibição de pastas e arquivos ocultos no Windows XP (edição doméstica).									
X	Em caso de instalação de <i>software</i> duvidoso, devem ser adotados, no Windows XP, procedimentos para garantir a recuperação do sistema, se necessário.									

21. A hipótese apresentada em (I) está

- (A) errada e a incógnita resulta em 1386 se originada em A2 e, em 2772 se originada em B1.
- (B) errada e a incógnita resulta em 693 se originada em A2 e, em 1386 se originada em B1.
- (C) errada e a incógnita resulta em 1386 se originada em A2 e, em 693 se originada em B1.
- (D) correta e a incógnita resulta em 693.
- (E) correta e a incógnita resulta em 1386.

22. A modificação do caminho para atender ao solicitado em (II) deve obedecer ao seguinte procedimento: acessar Ferramentas (menu) e escolher, na sequência, Opções (opção), BrOffice.org

- (A) Writer e Geral.
- (B) Writer e Configurações.
- (C) e Carregar/Salvar.
- (D) e Dados do usuário.
- (E) e Caminhos.

23. Para cumprir com a solicitação do item (III) deve-se

- (A) escolher o ícone Barra de tarefas e menu Iniciar.
- (B) ativar a opção Bloquear a Barra de tarefas.
- (C) escolher o ícone Sistema e a aba Data e hora.
- (D) escolher o ícone Data e hora, apenas.
- (E) escolher o ícone Opções regionais e de idioma, apenas.



24. A modificação das fontes, solicitada no item (IV), é resolvida por meio das ações: clicar com o botão direito (destro) do mouse na área de trabalho, escolher a opção Propriedades e a guia
- (A) Área de trabalho e abrir a caixa Posição.
 - (B) Configurações e abrir a caixa Modificar fonte.
 - (C) Configurações e abrir a caixa Aumentar fonte.
 - (D) Aparência e abrir a caixa Tamanho da fonte.
 - (E) Aparência e abrir a caixa Configurar fonte.
25. Dentre os componentes mencionados em (V), incluem-se a
- (A) Unidade Lógica e Aritmética e a Unidade de Controle.
 - (B) Placa mãe e a Unidade de *Hard disk*.
 - (C) Unidade de Controle e a Unidade de *Hard disk*.
 - (D) Unidade Lógica e Aritmética, os *slots* de memória RAM e a Placa mãe.
 - (E) Placa mãe e a Placa de controle de vídeo.
26. As funcionalidades solicitadas em (VI) estão disponíveis no aplicativo
- (A) Microsoft PowerPoint, no BrOffice.org Impress e em arquivos com extensão PDF em geral.
 - (B) BrOffice.org Impress e em arquivos com extensão PDF em geral.
 - (C) BrOffice.org Impress, apenas.
 - (D) Microsoft PowerPoint e no BrOffice.org Impress.
 - (E) Microsoft PowerPoint e em arquivos com extensão PDF em geral.
27. De acordo com o recomendado em (VII), é adequado o uso das funções de
- (A) correio eletrônico.
 - (B) correio eletrônico e *chat*.
 - (C) *chat*.
 - (D) página web.
 - (E) *feeds*.
28. Ao receber a lista das páginas encontradas na pesquisa, a opção a ser escolhida, de acordo com o recomendado em (VIII) é
- (A) Páginas semelhantes.
 - (B) Encontrar mais.
 - (C) Em cache.
 - (D) Preferências.
 - (E) Mais.
29. Uma das formas de atender à recomendação em (IX) é acessar o Painel de controle, escolher
- (A) Opções de pasta e a guia Tipos de arquivo.
 - (B) Opções de pasta e a guia Modo de exibição.
 - (C) Opções de pasta e a guia Geral.
 - (D) Contas de usuário e a guia Modo de exibição.
 - (E) Contas de usuário e a guia Tipos de arquivo.
30. Para atender à recomendação contida em (X), deve-se optar pelo modo de exibição do Painel de controle por categoria; escolher Desempenho e manutenção e, após,
- (A) Restauração do sistema, procedendo à opção Criar backup.
 - (B) Restauração do sistema, procedendo à opção Criar um ponto de restauração.
 - (C) Reestruturação do sistema, procedendo à opção Reparar o sistema.
 - (D) Reestruturação do sistema, procedendo à opção Reinstalar o Windows.
 - (E) Recuperação em caso de perda, procedendo à opção Criar um ponto de manutenção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. A respeito da nacionalidade, considere:
- I. Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, que não estejam a serviço de seu país, são considerados brasileiros natos.
 - II. Na forma da Lei, consideram-se brasileiros naturalizados os originários de países de língua portuguesa que residirem no Brasil por um ano ininterrupto e possuírem idoneidade moral.
 - III. O cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal é privativo de Brasileiro Nato.
 - IV. O cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é privativo de brasileiro nato.
- De acordo com a Constituição Federal Brasileira está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I e III.

32. Segundo a Constituição Federal Brasileira, é condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de
- (A) dezoito anos para Vereador.
 - (B) vinte e um anos para Vereador.
 - (C) trinta e cinco anos para Governador.
 - (D) trinta anos para Senador.
 - (E) trinta anos para Prefeito.

33. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) nos crimes de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União.
 - (B) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
 - (C) nos crimes de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais.
 - (D) nos crimes de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais Regionais Eleitorais.
 - (E) nas infrações penais comuns, os membros do Tribunal de Contas da União.

34. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo,
- (A) dois juízes dentre os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais.
 - (B) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) três juízes dentre os membros do Ministério Público Federal.
 - (D) três juízes dentre os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais.
 - (E) quatro juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

35. É da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (C) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Direito Eleitoral

36. A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que
- (A) é facultativo o alistamento do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive, no ano em que se realizarem eleições.
 - (B) o brasileiro nato deve alistar-se até seis meses após a data em que completar 18 anos de idade.
 - (C) o brasileiro naturalizado deve alistar-se até três meses depois de adquirida a cidadania brasileira.
 - (D) o certificado de quitação do serviço militar é documento obrigatório para o alistamento de maiores de 16 e menores de 18 anos, do sexo masculino.
 - (E) caberá recurso interposto por qualquer delegado de partido, no prazo de 15 dias contados da publicação da listagem, do despacho que indeferir o requerimento de inscrição.
37. O cancelamento e a exclusão de eleitores
- (A) por pluralidade de inscrição se processarão de forma sumária, não estando sujeitos a contestação, nem a dilação probatória.
 - (B) dependerão de requerimento de delegado de partido, não podendo ser promovidos *ex officio*.
 - (C) dependerão de decisão do Juiz Eleitoral, da qual caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 3 dias.
 - (D) terão efeito retroativo à data de instauração do processo, impedindo o eleitor de votar validamente durante a respectiva tramitação.
 - (E) não poderão ter como causa a suspensão, mas apenas a perda dos direitos políticos.



38. A respeito da representação proporcional, considere:

- I. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de eleitores pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.
- II. Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
- III. Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

39. Considere as eleições para

- I. Presidente e Vice-Presidente da República.
- II. o Senado Federal.
- III. a Câmara dos Deputados.
- IV. Governador e Vice-Governador do Estado.
- V. as Assembléias Legislativas.
- VI. Prefeito e Vice-Prefeito.
- VII. as Câmaras Municipais.

A circunscrição será o Estado e será adotado o princípio da representação proporcional nas eleições indicadas APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, VI e VII.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e V.

40. A coligação

- (A) não implicará em unidade partidária, conservando, cada partido dela integrante, sua autonomia no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses partidários.
- (B) usará, obrigatoriamente, na propaganda para a eleição proporcional, sob a sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- (C) formará chapa na qual poderão inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
- (D) terá denominação própria, que não poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.
- (E) poderá ser formada para a eleição majoritária ou para a proporcional, jamais para ambas, ainda que em circunscrições eleitorais diferentes.

41. Numa eleição proporcional, o eleitor digitou corretamente o número da legenda, mas assinalou número de candidato inexistente. Nesse caso, o voto será

- (A) considerado nulo.
- (B) computado para a legenda.
- (C) considerado em branco.
- (D) computado para o candidato com numeração mais próxima.
- (E) computado para o candidato menos votado da legenda.

42. O partido político

- (A) pode ter caráter estadual ou municipal, desde que exerça suas atividades de acordo com seu estatuto e seu programa.
- (B) adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) tem direito à exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, independentemente do registro no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) tem autonomia para definir sua estrutura interna, mas a sua organização é regulamentada pela Justiça Eleitoral.
- (E) é pessoa jurídica de direito privado e as pessoas a ele filiadas têm iguais direitos e deveres.

43. Tício filiou-se ao partido político Alpha. Posteriormente, filiou-se ao partido político Beta, sem comunicar ao partido Alpha nem ao Juiz de sua Zona Eleitoral. Nesse caso,

- (A) as duas filiações serão consideradas nulas para todos os efeitos.
- (B) somente a segunda filiação será considerada nula para todos os efeitos.
- (C) somente a primeira filiação será considerada nula para todos os efeitos.
- (D) o eleitor será chamado perante a Justiça Eleitoral para optar por um dos referidos partidos.
- (E) caberá ao Juiz Eleitoral indicar, após ouvir o interessado, a que partido político passará a pertencer.

44. Lauro é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Maria é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado; e Mário é advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral. Nesse caso, preenchidas os demais requisitos legais,

- (A) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado; e Mário pode vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.
- (B) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) Lauro, Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.



45. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes que os integram.
 - (B) processar e julgar originariamente a suspeição e impedimento aos juízes que os integram.
 - (C) dividir a Zona Eleitoral em Seções Eleitorais.
 - (D) nomear os membros das Mesas Receptoras.
 - (E) exercer a ação pública e promovê-la até o final.

Direito Administrativo

46. Sobre as entidades políticas e administrativas na Administração Pública, considere:
- I. Os Estados-membros e os municípios, como integrantes da estrutura constitucional do Estado, não são detentores de soberania, que é privativa da União.
 - II. As entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou e à qual se subordinam hierarquicamente.
 - III. As entidades empresariais são pessoas jurídicas de direito público, instituídas sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado de modo empresarial, ou de exercer atividade econômica de interesse coletivo. São criadas por lei específica.
 - IV. As entidades fundacionais são pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujas áreas de atuação são definidas em lei.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.

47. Sobre o abuso de poder, é correto afirmar que
- (A) o desvio de finalidade, sendo uma espécie de abuso, ocorre quando a autoridade, atuando fora dos limites da sua competência, pratica o ato com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público.
 - (B) tem o mesmo significado de desvio de poder, sendo expressões sinônimas.
 - (C) pode se caracterizar tanto por conduta comissiva quanto por conduta omissiva.
 - (D) a invalidação da conduta abusiva só pode ocorrer pela via judicial.
 - (E) se caracteriza, na forma de excesso de poder, quando o agente, agindo dentro dos limites da sua competência, pratica o ato de forma diversa da que estava autorizado.

48. Segundo a Lei nº 8.666/93, é hipótese de inexigibilidade de licitação a

- (A) contratação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (B) contratação, em regra, de serviços de publicidade e divulgação.
- (C) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- (D) contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (E) contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, de acordo com legislação específica.

49. Sobre a reparação do dano no âmbito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) os agentes das entidades particulares prestadoras de serviço público não estão sujeitos à ação regressiva.
- (B) a ação regressiva, no caso de culpa do servidor público, transmite-se aos herdeiros e sucessores.
- (C) a reparação não abrange o dano moral.
- (D) é cabível mesmo que o evento decorra de culpa exclusiva da vítima, por se tratar de responsabilidade objetiva.
- (E) paga a indenização por morte, não cabe pensão alimentícia às pessoas a quem o falecido a devia.

Direito Civil

50. No que se refere às pessoas naturais, de acordo com o Código Civil é correto afirmar que:
- (A) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
 - (B) Cessará a incapacidade para os menores, com dezesseis anos completos, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.
 - (C) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
 - (D) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - (E) Os direitos da personalidade são, em regra, intransmissíveis e irrenunciáveis, mas o seu exercício poderá sofrer limitação voluntária.



51. Além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico

- (A) se for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (B) quando for ilícito o seu objeto.
- (C) que não revestir a forma prescrita em lei.
- (D) que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (E) por vício resultante de lesão.

52. Sobre o adimplemento e extinção das obrigações, considere:

- I. Na sub-rogação legal o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até a soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.
- II. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, ficando sub-rogado, ainda, nos direitos do credor.
- III. Na imputação do pagamento, havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro no capital e, depois, nos juros vencidos, salvo estipulação em contrário.
- IV. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

53. De acordo com o Código Civil Brasileiro, em regra, o adquirente de coisa imóvel recebida em virtude de contrato comutativo com vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, decai do direito de obter a redibição ou abatemento no preço no prazo de, contado da entrega efetiva,

- (A) um ano, mas se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- (B) seis meses, mas se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação.
- (C) um ano, mas se já estava na posse o prazo conta-se da alienação.
- (D) seis meses, mas se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- (E) dois anos, mas se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

Direito Processual Civil

54. Sobre a intervenção de terceiros, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que

- (A) cabendo ao juiz decidir simultaneamente a oposição e a ação, desta conhecerá em primeiro lugar.
- (B) a oposição poderá ser oferecida contra o autor e o réu até o trânsito em julgado da lide.
- (C) a citação do denunciado no caso de denunciação da lide será requerida no prazo para contestação pelo réu, não sendo cabível a denunciação da lide pelo autor.
- (D) o réu deverá requerer a nomeação à autoria no prazo para defesa e, no caso de deferimento do pedido, o juiz suspenderá o processo e mandará ouvir o autor no prazo de cinco dias.
- (E) na hipótese de nomeação à autoria, quando o nomeado negar a qualidade que lhe é atribuída o processo continuará contra o nomeante em litisconsórcio passivo com o nomeado.

55. Quando o acórdão não unânime proferido pelo Tribunal de Justiça do Piauí houver julgado procedente ação rescisória caberão embargos

- (A) de divergência, que deverão ser interpostos no prazo de quinze dias.
- (B) de divergência, que deverão ser interpostos no prazo de dez dias.
- (C) infringentes, que deverão ser interpostos no prazo de dez dias.
- (D) infringentes, que deverão ser interpostos no prazo de quinze dias.
- (E) infringentes, que deverão ser interpostos no prazo de cinco dias.

56. Sobre a competência interna, considere:

- I. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa, mas o autor pode optar pelo foro do domicílio ou de eleição, se o litígio recair sobre direito de vizinhança, servidão e nunciação de obra nova.
- II. A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.
- III. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- IV. A competência em razão do território e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão da matéria e do valor, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.



57. No que se refere ao cumprimento da sentença, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- (A) O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa em primeiro grau de jurisdição, mas o credor poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, devendo solicitar a remessa dos autos ao juízo de origem.
- (B) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, o credor poderá promover, nos mesmos autos, a liquidação desta e a execução daquela.
- (C) A sentença estrangeira, independentemente de homologação, e a sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que inclua matéria posta em juízo, são considerados títulos executivos judiciais.
- (D) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo máximo de dez dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.
- (E) A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos, com manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação ao executado em caso de prosseguimento da execução e, deferido ou não efeito suspensivo, a impugnação será instruída e decidida nos próprios autos.

Direito Penal

58. João, dirigindo uma motocicleta sem capacete, foi interceptado por um policial em serviço de trânsito, o qual lhe deu ordem para parar o veículo. João, no entanto, desobedecendo a ordem recebida, fugiu em alta velocidade. Cerca de uma hora depois, arrependeu-se de sua conduta e voltou ao local, submetendo-se à fiscalização. Nesse caso, em relação ao crime de desobediência, ocorreu

- (A) tentativa.
- (B) consumação.
- (C) arrependimento eficaz.
- (D) desistência voluntária.
- (E) crime impossível.

59. João, funcionário público, resolveu desviar R\$ 10.000,00 dos cofres da repartição pública em que trabalhava. Para tentar ocultar o seu procedimento delituoso, desviou a quantia de R\$ 500,00 por dia, até atingir o montante desejado. Nesse caso, em relação ao crime de peculato, é de ser reconhecida a ocorrência de

- (A) crime único.
- (B) concurso formal.
- (C) concurso material.
- (D) crime continuado.
- (E) crime culposo.

60. O policial que se apropria de quantia em dinheiro encontrada em poder de traficante preso em flagrante, produto da venda de drogas,

- (A) comete crime de corrupção passiva.
- (B) não comete crime contra a administração pública.
- (C) comete crime de peculato culposo.
- (D) comete crime de concussão.
- (E) comete crime de peculato doloso.

61. A promessa pelo agente de dádiva em dinheiro a policiais, incentivando-os, de forma inequívoca, à investigação de furto de que foi vítima e à recuperação de veículo furtado,

- (A) caracteriza o delito de tráfico de influência.
- (B) é fato penalmente atípico.
- (C) caracteriza o delito de concussão.
- (D) caracteriza o crime de corrupção ativa.
- (E) caracteriza o crime de advocacia administrativa.

Direito Processual Penal

62. A ação penal pública pode ser

- (A) promovida somente pelo Ministério Público.
- (B) promovida pelo ofendido ou por seu representante legal.
- (C) instaurada por portaria da autoridade policial.
- (D) instaurada de ofício pelo juiz.
- (E) instaurada por portaria do Secretário da Segurança Pública.

63. A respeito da determinação da competência por conexão ou continência, considere:

- I. No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, independentemente da gravidade das respectivas penas.
- II. No concurso entre a jurisdição comum e a especial prevalecerá a comum.
- III. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

64. Nos crimes de ação pública, a instauração do inquérito policial

- (A) só poderá ocorrer após a representação da vítima ou de seu representante legal.
- (B) dependerá de requisição da autoridade judiciária.
- (C) dependerá de requisição do Ministério Público.
- (D) poderá ser feita de ofício.
- (E) dependerá de requerimento escrito, narrando o fato delituoso com todas as suas circunstâncias.

65. A respeito do *habeas corpus*, é correto afirmar que

- (A) somente poderá ser impetrado por advogado.
- (B) não poderá ser impetrado pelo Ministério Público.
- (C) o juiz não terá competência para conhecer do pedido quando a coação provier de autoridade judiciária de igual jurisdição.
- (D) a ordem não poderá ser concedida de ofício pelo juiz.
- (E) não poderá ser objeto de apreciação a ocorrência da extinção da punibilidade do réu.



Noções de Administração Pública

66. Com relação à diferença entre a administração pública gerencial e a administração pública tradicional é correto afirmar que a primeira
- se utiliza do concurso público como método de recrutamento, enquanto a burocrática só admite essa forma de seleção.
 - propõe uma maior flexibilização nos procedimentos formais de controle, enquanto a tradicional funciona por meio de mecanismos de controle prévios.
 - orienta-se para a redução de custos, enquanto a burocrática valoriza a qualidade no atendimento.
 - é orientada para a obtenção de resultados, enquanto a administração pública burocrática tem como foco o atendimento aos cidadãos.
 - tolera as práticas costumeiras de administração patrimonial, enquanto a administração burocrática combate fortemente estas práticas.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

67. A respeito da posse e do exercício, considere:
- A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
 - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
 - É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
 - Se o servidor estiver afastado por motivo legal o início do exercício de função de confiança recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- I, II e III.
 - I, II e IV.
 - I e IV.
 - II e III.
 - II, III e IV.
68. Maria, João e José são Analistas Judiciários do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Maria recusou fé a documentos públicos; João utilizou recursos materiais da repartição em atividades particulares e José valeu-se do cargo para lograr proveito de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Considerando que Maria, João e José jamais praticaram qualquer outra infração disciplinar, lhes serão aplicadas, respectivamente, as penalidades de
- suspensão, demissão e suspensão.
 - advertência, demissão e suspensão.
 - suspensão, demissão e demissão.
 - advertência, demissão e demissão.
 - suspensão, suspensão e demissão.

69. No Processo Administrativo Disciplinar, regulamentado pela Lei nº 9.784/99, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Com relação à delegação e à avocação é correto afirmar:

- A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.
- A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- É vedado, em qualquer hipótese, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

Regimento Interno do TRE – PI

70. A respeito do preparo e julgamento dos feitos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, considere:
- Anunciado o processo e feito o relatório, as partes poderão produzir sustentação oral pelo prazo prorrogável de dez minutos cada.
 - No caso de impedimento, suspeição ou incompatibilidade do Revisor, este será substituído, automaticamente, pelo Juiz seguinte, em ordem decrescente de antiguidade.
 - Não é admitida sustentação oral no julgamento dos agravos, embargos de declaração, consultas, arguição de suspeição, arguição de impedimento e conflito de competência.
 - Havendo sustentação oral pelas partes, é facultado o uso da palavra, em seguida, ao Procurador Regional Eleitoral.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, está correto o que se afirma APENAS em

- I, II e III.
- I, III e IV.
- I e IV.
- II e IV.
- II, III e IV.

